

O CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES NA ATIVIDADE CANAVIEIRA SUL-MATO-GROSSENSE*

José Roberto Nunes de Azevedo¹

Antonio Thomaz Júnior²

Resumo: Objetivamos por meio deste texto apresentar um dos aspectos centrais para expansão da agroindústria canavieira Sul-Mato-Grossense, qual seja, a migração dos sujeitos, sobretudo homens, para desenvolver atividades laborativas especialmente no campo, haja vista as 14 agroindústrias em funcionamento no Estado e o *boom* de unidades produtivas em instalação na mesma porção territorial.

Palavras-Chave: Atividade Canavieira - Migrações – Exploração do Trabalho.

Abstract: *We objectify by means of this text to present one of the aspects central offices for expansion of the canavieira agroindustria South-Weed, which it is, the migration of the citizens, over all men, to especially develop laborativas activities in the field, has seen the 14 agroindustrias in functioning in the State and boom of productive units in installation in the same territorial portion.*

Word-Key: *Canavieira activity – Migrations – Exploration of the Work.*

* Este texto contempla um dos aspectos tratados na pesquisa que por ora desenvolvemos sobre a “Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul”, a nível de Mestrado em Geografia, junto a UFGD.

¹ Aluno do curso de Mestrado em Geografia pela UFGD. Membro do CEGeT. *E-mail:* azevedogeo@hotmail.com

² Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Grupo de Pesquisa CEGeT. *E-mail:* thomazjrgeo@prudente.unesp.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma contribuição para o entendimento das relações de trabalho na agroindústria canavieira, a qual é famigerada pelo tenso conflito capital X trabalho e seu cunho intenso de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, enveredaremos por uma das principais expressões do trabalho precarizado, isto é, as migrações, na medida em que esta nos revela um conjunto de atores envolvidos na labuta histórica e diária pela garantia de condições dignas para reprodução da vida da classe trabalhadora ao passo que esta carrega em seus corpos o *signo* da sua condição de classe, ou seja, de vendedor de força de trabalho ao capital.

Destarte, o interesse em apreendermos as transformações em curso no âmbito estadual está relacionado ao acompanhamento do avanço da atividade canavieira a nível nacional, o qual nos sinaliza ultimamente que o agronegócio assume, pelas necessidades do processo produtivo (capital monopolista) e pelas especificidades locais e regionais, potencialidades de se territorializar nessa porção do país.

É factível notar que a introdução da cana-de-açúcar no território Sul-Mato-Grossense se faz na medida em que a atividade canavieira amplia o seu campo de atuação no país, mediante a expansão da área plantada e da efetivação de negócios

na seara produtiva e institucional do setor canavieiro, o que implica em rompimentos e incorporações de fronteiras pelo capital que, por sua vez, empreende um rearranjo espacial que combina as condições necessárias para sua territorialização, isto é, as relações de poder entre estado, proprietários rurais e trabalhadores.

Entendemos nesse sentido que a expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul é parte de um processo amplo que se espacializa em diferentes lugares do planeta, mas, cujo ápice pode ser visto, sobretudo nos países que têm sua balança comercial voltada ao agronegócio e que é consolidado por sua vez mediante o processamento de diferentes matérias-primas. Em se tratando do Brasil, temos o domínio crescente da atividade canavieira a qual passa a se territorializar em áreas tradicionalmente ligadas a pecuária, tal como no caso do Mato Grosso do Sul.

Temos neste momento profundas mutações no processo de trabalho as quais se dão nas diferentes dimensões da vida do trabalhador haja vista o melhor aproveitamento do tempo (constante de capital) e eficiência (no ato de produzir para o mercado). Desta forma os trabalhadores são cobrados a todo custo por melhores resultados na produção e gestão dos processos produtivos, numa lógica marcada pela precarização do trabalho e dominação da natureza, que encontra na mão-de-obra barata uma ponta

de lança para dominação e concretização dos seus ideais expansionistas.

AS MIGRAÇÕES DOS TRABALHADORES: CONDIÇÃO VITAL PARA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Estranho sou, vim de outro país
 Estranho sou, vim de outra região
 Estranho por ser estrangeiro
 Estranho por ser diferente
 Estranho, sem pátria nem chão [...].
 ESTRANGEIRO
 Pe. Alfredo J. Gonçalves
 (São Paulo, 21 de outubro de 1993)

Partimos nossa reflexão do poema “estrangeiro” acima descrito que nos revela alguns aspectos desta trajetória de milhares de trabalhadores, em todo o mundo, e que, no caso da atividade canavieira, é de suma importância para o desenvolvimento das relações de produção e de trabalho, ao passo que os migrantes são alvos certos de inúmeros grupos agroindustriais que encontram neste contingente expropriado a solução para suas necessidades, seja no momento do preparo da terra, do plantio da cana-de-açúcar, nos tratos culturais e ou na colheita, valendo-se dos sonhos destes trabalhadores.

Conforme D’ Incao (1984, p.15), o movimento migratório é característico do desenvolvimento do modo de produção capitalista sendo que a terra enquanto fator de produção “leva os proprietários da terra

a substituírem as antigas formas de pequena produção pela produção comercial”, logo conforme a referida autora temos:

Imensos contingentes de população deslocando-se do campo para a cidade, destituídos de qualquer meio de produção e reduzidos à condição de ofertantes de força de trabalho para os setores urbano-industriais, que se desenvolvem simultaneamente com a agricultura capitalista. (*Ibidem*).

Nesta mesma direção marcando a historicidade deste fenômeno Martins; Vanalli (2004, p. 08), destacam que “os movimentos migratórios não são contemporâneos nem resultantes de fatalidades da natureza”, sendo que a “questão das migrações é universal e tem sua origem ligada a um movimento histórico marcado pelo cercamento das terras que expulsa o homem do campo, assim como pelo desenvolvimento do sistema fabril, que explora a sua força de trabalho” (p.12).

Em um esforço de abstração poderíamos dizer que os trabalhadores historicamente passaram de escravos a servos do capital, sendo que neste último momento dever-se-á considerar o seu não acesso a terra, bem como o não cumprimento da função social da mesma, que perpassa essencialmente pela garantia da dignidade humana e da própria sobrevivência do ser humano, enquanto ser que demanda um mínimo de condições

para garantia da sua reprodução social. Assim, concordamos com Martins (1986), quando destaca que a migração temporária é, “contraditoriamente, um modo de desatar os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar”. (p. 50).

Conforme temos observado a partir da realização de trabalhos de campo pelos diversos municípios do estado do Mato Grosso do Sul, o principal fluxo emigratório é sinalizado para os estados de Minas Gerais, sobretudo da região do Vale do Jequitinhonha, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Maranhão.



Figura 01 - Migrantes da Usina Eldorado no Retorno ao Alojamento. Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

realizado, ou seja, justamente o dito acordo entre o poder público local e os grupos interessados em implantar agroindústrias, quanto a contratação da mão-de-obra local, uma vez que conforme temos observado isto tem acontecido numa intensidade ínfima, sendo a principal explicação para tanto a falta de qualificação dos trabalhadores locais.

Inclusive neste sentido, percebe-se que algumas usinas e destilarias como, por exemplo, a Energética Santa Helena especializam-se na contratação dos migrantes ou quando não na mão-de-obra indígena, prática esta muito utilizada também por outras agroindústrias: Debrasa em Brasilândia, Usinavi em Naviraí, Santa Fé em Nova Alvorada do Sul, Eldorado em Rio Brillhante, etc.

Assim, usando das palavras de Silva (2006, p.129/130):

O grande exército de trabalhadores migrantes representa não somente o resultado do desenraizamento social e econômico, provocado pelo processo de expropriação em seus locais de origem, como também, um conjunto de seres, cuja condição humana é negada.

Nesse sentido, estamos atentos ao que tem sido comum no Mato Grosso do Sul durante as entrevistas que temos

Temos neste caso, um exemplo de intensificação e superexploração do trabalho, caracterizado pelo assalariamento como relação de trabalho predominante, o que de fato é uma característica do mundo do trabalho hoje, haja vista que “o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano”. (ANTUNES:1999, p.232).

Vejam os ônibus terceirizado pela usina Eldorado (Figura 01), levando os trabalhadores migrantes ao fim do dia para o alojamento, conforme presenciamos em trabalho de Campo.

Conforme entrevista com trabalhador rural José Luis (37 anos, do Piauí, em Rio Brilhante, em 02/08/2007), ele e a sua turma vieram em 01/03/2007 para Rio Brilhante. É a primeira vez que vem e manda dinheiro todo mês para a família. Ficou sabendo da empresa por meio de outros trabalhadores que já vieram para trabalhar em unidades do Centro-sul.

Segundo o entrevistado, um trabalhador da região que já reside no Mato Grosso do Sul, segue para lá todo início de safra e então vêm todos com carteira assinada. Conforme declarou desta feita vieram 46 pessoas destinadas para o corte da cana-de-açúcar somente para a usina Eldorado. Quando vão embora se faz o acerto antes de retornarem a seus municípios de origem.

O entrevistado alega que muitas vezes eles vêm para “cá” por ilusão, eles se iludem com o que os outros trabalhadores dizem, e na busca por melhores condições de trabalho vem tentar a vida em outras regiões do país. Nesse sentido, conforme Martins (1973, p.19): “do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do

sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra”.

É, pois, um desafio para o trabalhador se estabelecer num lugar estranho, a partir de um contexto social ao qual suas necessidades o encaminham no curso da sua “vida severina”. Sendo assim, na medida em que “[...] o migrante é um trabalhador, isto é, um portador de força de trabalho, e, portanto, a migração é o resultado do comércio internacional dessa mercadoria singular” (MARTINS:1973, p.22).

Os sujeitos homens e mulheres deslocam-se no espaço para cumprir sua árdua tarefa de servir ao capital para garantir os meios necessários para perpetuar o processo exploratório por gerações vindouras, sendo então, a migração mais um momento desse contínuo “processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona”. (MARTINS:1973, p.21). Ou seja, temos então na concepção de Martins (1986), como fenômeno central a ausência que reflete o fato do temporário ser “aquele migrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’, ‘fora do lugar’, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente”. (p.49/50).

Segundo outro trabalhador, proveniente do norte de Minas Gerais, Edson da Silva, 28 anos, o qual no momento estava na capina, nos apontou

que são 42 trabalhadores vindo do mesmo destino. A sua trajetória como tantos outros é de andanças por outras usinas e destilarias do país em busca de um lugar de fartura³, o mineiro já trabalhou na usina Santa Helena em outras safras e atualmente – 2007/08 está na usina Eldorado. Entende que são melhores as condições de trabalho na Santa Helena de Nova Andradina do que na Eldorado de Rio Brilhante, pois esta é muito exigente, na sua opinião há muitas cobranças, contudo sejam do mesmo grupo econômico, fato este que o trabalhador não salientou. Chamou a atenção da diária que gira em torno de R\$18,00⁴.

Segundo o entrevistado são vários os trabalhadores que

ficam em Ipezal, o ônibus faz o trajeto para levá-los diariamente. Estes quando necessitam de algo se dirigem para o município de Deodápolis.

Este aspecto foi um dos que mais nos chamou a atenção na medida em que ao nos deslocarmos para o citado município tivemos uma amostra das condições a que estão subjugados os mesmo trabalhadores. Assim, em entrevista realizada com trabalhadores rurais em Deodápolis (alojamento) em 02/08/2007, encontramos com cerca de 45 trabalhadores em uma construção precária de várias peças, as quais abrigam beliches/colchões dos trabalhadores.

Trata-se, portanto do famigerado sistema do barracão tão caro aos trabalhadores em circunstância das condições que os caracterizam, isto é, extremamente degradante, falta ventilação, espaço



Figura 02 - Condições dos Trabalhadores em suas Horas de Folga no Alojamento. Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

adequado para os trabalhadores, higiene (sujeira acumulada) etc. (Figura 02).

Percebemos que existem semelhanças no processo que caracteriza a expansão canavieira no país, mesmo se tratando de estados e épocas diferentes do avanço do agronegócio. Tal fato pode ser percebido pela colocação de Thomaz Jr. (2002, p. 209), que destaca “traço comum é que esses trabalhadores se alojam, na maioria dos casos, em precárias instalações, cedidas pelas usinas e fornecedores,

³ Alusão ao trabalho feito por Farias (2006), ao refletir sobre as “esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra” em Mato Grosso do Sul, particularmente, dos trabalhadores do acampamento América Rodrigues da Silva em Três Lagoas.

⁴ Conforme pudemos averiguar na primeira safra da usina a produtividade alcançou a marca de 149 t/ha, sendo que cerca de ¾ da cana-de-açúcar colhida se deu manualmente em uma área de mais de 20 mil ha.

recebendo a denominação de barracões, ou ainda de pensões localizadas nas cidades próximas”.

Destaca-se nesse cenário a figura do “mineiro”, conhecido como o migrante que se desloca de diferentes áreas do país, com destaque do Vale do Jequitinhonha, em direção aos canaviais do centro-sul do país.

A propósito, Baccarin (1985, p. 132/133), contribui com esta questão ao destacar a relação de domínio e controle dos empresários junto aos trabalhadores sujeitos a essa situação na região de Jaboticabal/SP onde fez um estudo sobre os “trabalhadores rurais volantes” e que é similar ao que temos diagnosticado no Mato Grosso do Sul. Ou seja:

Além de tenderem a aumentar a competitividade entre os trabalhadores, parcela dos “mineiros” é mantida no interior das propriedades, alojada em barracões, permitindo maior controle sobre a mão-de-obra por parte do empregador no ajuste da jornada de trabalho, nos dias trabalhados na semana, na designação das tarefas a serem realizadas e mesmo nos salários estipulados para cada tarefa.

Embora vejamos nessa etapa da instalação das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul a contratação maciça de migrantes, o que é pelas características e situação apontadas da relação de trabalho um bom negócio para empresa, ficam claros nos depoimentos tomados durante a

pesquisa que a opção a ser pleiteada pelos grupos serão prioritariamente a de contratação da mão-de-obra local com a própria qualificação dos mesmos. Acrescido a isso, percebemos a preocupação pelas agroindústrias em garantir mão-de-obra no período da safra e fixação dos trabalhadores. Vejamos algumas medidas para atingir tal êxito a seguir, a partir do Relatório de Impacto Ambiental da usina Alavanca Bioenergia (p.143/144), a qual pretende se instalar no município de Nova Alvorada do Sul.

Quais sejam: “Priorizar a contratação de mão-de-obra diretamente pela empresa via carteira de trabalho ou contrato de safra”, e “realizar a contratação de mão-de-obra preferencialmente do município da AID e AII⁵”. Sendo que, conforme a empresa, no período de entre-safra os trabalhadores serão direcionados para plantio de rotação de culturas e apoio aos programas de recuperação ambiental.

Assim, os mecanismos de exploração são retomados no âmbito da agroindústria canavieira independentemente da área em que se localiza a produção, afinal, o que importa nesse caso é a extração da mais-valia e a obtenção da acumulação do capital.

Os trabalhadores no que tange à procedência, eles vêm em março e voltam em dezembro para sua região de origem.

⁵ Isto é: Área de influência direta e área de influência indireta.

Há trabalhadores que já vieram outras vezes para o Mato Grosso do Sul, inclusive para unidade Santa Helena de Nova Andradina, e em especial para outros estados como São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

Do total dos trabalhadores encontrados no referido alojamento, a maioria é proveniente do Maranhão, seguidos por Piauí e Alagoas, e são casados.

Temos então, conforme Thomaz Jr. (2002, p. 208):

Essa migração de trabalhadores, que nada mais é do que migração para o capital, permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola, onde a arregimentação da força de trabalho ultrapassa não só os limites municipais, regionais, mas também estaduais.

A explicação para vierem para o Mato Grosso do Sul, bem como para os demais estados produtores do Centro-sul está no fato de as empresas pagarem melhor, inclusive pelo próprio pagamento do FGTS, o qual se configura como uma obrigação por parte das unidades produtivas, mas que, todavia não é realizada sempre.

Os trabalhadores mandam em média R\$300,00 reais/mês para suas famílias. Conforme os mesmos trabalhadores a saúde é grande da família, têm alguns

que, inclusive, não resistem e retornam antes do fim da safra.

Tal situação nos remete a refletir sobre as necessidades dos alojamentos do ponto de vista da empresa, uma vez que se analisarmos a questão percebemos que se trata de uma forma de controle social em relação aos trabalhadores que ficam sujeitos aos desígnios da unidade produtiva, conforme a sua necessidade de utilização da mão-de-obra, e ao mesmo tempo evita que a situação fuja do controle da empresa, pois os trabalhadores são obrigados a se comportar da maneira que é estabelecido pela usina, sendo que o responsável por “administrar” o ambiente é a figura do “gato” que se mistura aos trabalhadores e estabelece uma relação de poder no local. Desta forma possui autoridade e é elo de ligação entre as partes envolvidas.

Thomaz Jr. (2002, p. 209), corrobora neste sentido ao chamar atenção para o fato de os trabalhadores “ficarem sob forte controle dos empresários, que não os liberam, na maioria dos casos, para participar de reuniões e assembléias dos sindicatos, nem sequer receber visitas nos fins de semana”.

É importante destacar como resultado de incontáveis denúncias realizadas pelo Ministério Público do Trabalho em todo o país, e em particular, no estado de São Paulo, onde em janeiro de 2008 foi estabelecido que as usinas

deverão cadastrar os alojamentos dos trabalhadores rurais e casas de usinas na Vigilância Sanitária dos respectivos municípios. Tal medida que posteriormente deverá se estender para os demais estados da federação deixou irritados os usineiros que assim se expressaram por meio do Editorial de um de seus canais de divulgação⁶: “Afiml até que ponto é responsabilidade da usina garantir moradia na cidade de seus trabalhadores, ainda que venham de outros estados? Não se tem notícia de que outras indústrias e empresas façam isto. Será plausível?”.

Através disto podemos apreender que o vício de séculos pode ser corrompido e isto causa indignação pelos seus caciques, os quais buscam ainda se sobressair como os bonzinhos da história, na medida em que consideram o ato de abrigar os trabalhadores em seus “currais” como um verdadeiro favor, que por sinal deve(ria) ser digno de louvor e não de críticas.

⁶ Trata-se do *JornalCana* nº 169 de Janeiro de 2008, que trás editorial intitulado “Saúde, e não motocicleta, é o que interessa”, o qual alude a morte nos canaviais por esforço físico dos trabalhadores e ainda pelos prêmios de produtividade distribuídos pelas agroindústrias canavieiras. Aliás, o empresariado mata ou procura matar num único golpe dois problemas que o afligem e que ao agir desta forma evidencia a sua suposta preocupação com os trabalhadores, quando na realidade sabemos que o setor repudia quaisquer formas de agressão a sua imagem que historicamente é negativa. Neste sentido, devemos lembrar que não é difícil encontrar aversão ao título “usineiro” pelos mesmos, dada a natureza que lhes foi empregada durante centenas de ano, preferindo, pois, ser designados como: empresários rurais, agroindustrial, etc.

Um outro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito à meta de produção, que segundo os trabalhadores em questão gira em torno de 10/12 toneladas de cana-de-açúcar dia, sendo que aqueles que alcançam tal meta não têm descontado do seu salário a alimentação. Isto nos remete ao fato contraditório de que muitas lideranças sindicais e as próprias unidades produtivas destacam em relação ao estabelecimento de metas de produção ao passo que, à exceção de alguns casos, a maioria diz que não exige o alcance de meta por parte do trabalhador.

Neste quesito queremos destacar entrevista realizada com sindicalista de Sonora/MS, Sr. Antonio de Oliveira Neto, em 2007, o qual sobre este assunto nos disse: “aqui eu não aceito esse negócio de meta, trabalhador tem que cortar cana no seu normal, aqui, por exemplo, (usina Sonora) se moe 7 mil toneladas em 24 horas. Agora veja, são 1.500 trabalhadores, é só fazer a conta (..) não dá 5 toneladas por cortador/ dia”.

Tendo em vista a produtividade exigida pelo capital é fornecido aos trabalhadores produtos (energéticos) como soros e bananas. O primeiro energético e as bananas utilizadas para combater câimbras nos cortadores de cana-de-açúcar, como pudemos constatar na usina Dourados, mas que se dissemina para as demais unidades produtivas do país.

Sobre a utilização de energéticos pelos trabalhadores é válido o comentário de Pauletti (2007, p.06), o qual destaca que:

Essa questão do energético é uma questão que me preocupa porque isso está se espalhando, no estado de SP isso já está a bastante tempo no nordeste também já comparece, mas o que não se sabe é o efeito disso, não sei se existe algum estudo sobre os efeitos na área da saúde?

Momentaneamente é bom interessante para o trabalhador então ele toma aquilo fica alucinado corta 18-20 toneladas geralmente os trabalhadores são novos recém casados [...] mas, no decorrer dos anos esse cara é um trapo humano ele não presta para mais nada. Nós estamos voltando para uma situação do século XVIII [...] acaba, arrebita, esgota. Agora nos nessa tsunami de empresas que estão chegando aqui nos somos uma gota no oceano nos não temos o estado esta a favor ele não chega e da dez mil por mês para gente fiscaliza.

Esta situação foi motivo para paralisações pelos trabalhadores migrantes da usina Eldorado que estão sediados em áreas como no distrito Ipezal de Angélica, os quais afirmam ter sido ludibriados pela empresa, que teria dito que receberiam no momento da contratação valores maiores dos que têm recebido atualmente. Aliás, esse assunto compareceu na mídia, e foi salientado que teriam salários de aproximadamente R\$1.000,00 quando na verdade “a somatória das diárias não chega

a R\$ 500,00 para alguns cortadores de cana”⁷.

É necessário ressaltar, no entanto que conforme o Código Penal o Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional pode acarretar: Pena – detenção, de um a três anos, e multa⁸ conforme declara o Art. 207 que assim discrimina: Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

-§§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

Inclusive, a mesma matéria aponta para precariedade dos alojamentos⁹, conforme mostramos no caso encontrado em Deodápolis, que apresenta condições semelhantes e que possui diversos locais de

⁷ Conforme destaque do Jornal Campo Grande News em matéria publicada em 20 de agosto de 2007.

⁸ Pena com a redação dada pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

⁹ A este respeito ver matéria publicada em 21 de agosto de 2007 no Jornal Campo Grande News, intitulada “MPT e DRT inspecionam alojamentos de usina em Ipezal”.

alojamento para os trabalhadores da usina Eldorado.

Conforme entrevista junto a Alex Jango, trabalhador da usina Passatempo, de Rio Brilhante, em 09 de novembro de 2007, a usina possui cerca de 3 mil funcionários, dos quais 1.700 são trabalhadores rurais que, por sua vez, são arregimentados na região onde se localiza a agroindústria, em especial nos municípios de Maracajú, Douradina, Itaporã e de Rio Brilhante, propriamente dito, além de angariar mão-de-obra em outras áreas do país, com destaque para Minas Gerais e Pernambuco. Para amparar os referidos trabalhadores existem 2 alojamentos com capacidade para 500 trabalhadores cada. Vale ressaltar que tais trabalhadores são contratados através de agenciadores, localizados em sua cidade de origem.

Sobre formas de pagamento em outra unidade produtiva do Estado, pudemos apreender por meio de entrevistas no município de Taquarussú em novembro de 2007¹⁰, que os trabalhadores tendem a não aceitar a forma de pagamento conhecida pela expressão “por dia”, uma vez que preferem receber mediante a produção, pois “imagina você um cara que corta mais de 18 toneladas

diárias receber valores inferiores a R\$ 20,00” e acrescenta “se você quer saber, por aqui, na região, a gente não encontra este trabalhador nem a laço”.

Contudo, contraditoriamente, ao inquirirmos o mesmo sujeito a quem nos referimos sobre a existência de uma meta de produção estipulado pela agroindústria, este nos apontou que “aqui a gente contrata de tudo, homem, mulher, pinguço, drogado [...], se você puxar a ficha deste pessoal você se assusta e é um pessoal praticamente sem estudo, que não sabe nem sequer cortar cana, a maioria tira em média 4 toneladas/dia [...]; as vezes a gente acaba até perdendo porque o piso salarial está R\$ 430,00 e eles não atingem nem o necessário”.

Interessante notar que encontramos formas semelhantes de remuneração dos trabalhadores nas usinas dos grupos Aurora e Itamarati, sendo que neste, conforme destaque do sindicalista de Bataguassú, Sr. João Vicente, em 2007, “na empresa isto não é comum, foi apenas para dar início à área de plantio de mudas, daí não se mobilizar, afinal sabia que os trabalhadores não estavam sendo mal tratados”!

Desta forma, vislumbramos através destes exemplos colhidos no decorrer de inúmeros Trabalhos de Campo diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital que, afinal, é situação *sine qua non* para reprodução metabólica do capital e

¹⁰ Trata-se do Diretor agrícola da usina Laguna açúcar e álcool Ltda. de Batayporã/MS, a qual pretende efetuar a sua primeira safra ainda em 2008 a partir de 500 mil toneladas de cana-de-açúcar, com gradual expansão para 1 milhão de toneladas até o ano de 2012, produzindo 85 milhões de litros de álcool por safra.

que implica, pois na constante e intensa exploração da força do trabalho, a qual atinge não apenas *os de fora (estrangeiros)*, que ‘viajam’ pelo território nacional, em busca de condições dignas de trabalho e se tornam presas fáceis do capital canavieiro, mas ainda aos trabalhadores locais e os indígenas, que serão objeto de outro artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos no Mato Grosso do Sul, por exemplo, a estruturação do espaço, a partir dos interesses econômicos de grupos econômicos que aliados à ação governamental ‘progressista, promoverem a ocupação e organização espacial tendo em vista a conformação dos valores de troca correspondentes às necessidades da edificação do seu poder, o que é possível graças à divisão da sociedade em classes e a transformação do homem em mercadoria na sociedade do espetáculo de Debord¹¹ e de todos nós.

Conseqüentemente à expansão canavieira no Mato Grosso do Sul e da instalação de novas agroindústrias canavieiras, vimos o significativo aumento dos postos de trabalho nos últimos anos, embora a maioria dos mesmos sejam

ocupados por mão-de-obra de outros estados, a exemplo dos migrantes. Lembramos que tal cenário deverá atingir, segundo o governo estadual, a cifra de 70 mil empregos diretos e 230 mil indiretos, o que de fato, tende a alterar a divisão técnica do trabalho.

Característica marcante da agroindústria canavieira Sul-Mato-Grossense foi e continua sendo a exploração do trabalho pelo capital, a qual se sustenta em condições precárias de trabalho, tendo se agudizado o conflito capital X trabalho com destaque para o aperfeiçoamento das formas de controle social dos trabalhadores, o que se configura de longe como uma importante “arma” do capital.

Assim, como diria Antonil¹² (1711) se no período colonial os escravos se configuravam como mãos e pés do senhor de engenho, na atualidade apesar da crescente reestruturação produtiva do capital é sem embargo o trabalhador do campo e da planta fabril que, se figura como peça fundante na produção do valor, sendo, pois o migrante uma das peças dessa complexa engrenagem.

Por fim não podemos olvidar que é impossível ao capital se desfazer totalmente dos trabalhadores mesmo que exista a perspectiva de mecanização, logo se faz

¹¹ Fazemos alusão ao livro de Guy Debord “A sociedade do espetáculo” publicado em 1967 e editado no Brasil pela Contraponto em 1997. Resenha de Anselm Jappe publicada pela Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 17 de agosto de 1997.

¹² Fazemos referência ao livro “Cultura e opulência do Brasil” de autoria de João Antônio Andreoni (André João Antonil), publicado em 1711.

necessário que as instituições, a exemplo das entidades sindicais, promovam o enfrentamento capital X trabalho uma vez que não podem ficar à mercê do capital, seja o canavieiro ou outras manifestações capitalistas de produção, sem que existam nesta relação de trabalho condições adequadas (não degradantes) para se efetuar a atividade produtiva.

Ao mesmo tempo e de maneira geral é importante, que a classe trabalhadora, busque constantemente formas autônomas de trabalho, a exemplo, de associações e cooperativas de produção¹³, ou mesmo que se unam para somar força e garantir dessa maneira os seus interesses tanto na esfera da fábrica como ainda no campo, a partir das suas diferentes manifestações como forma de romper com a lógica do assalariamento e do sistema metabólico do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BACCARIN, J. G. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. ESALQ/USP/Piracicaba, 1985.
- D'INCAO, M. C. **Qual é a questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FARIAS, M. de F. L. de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.
- MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Mini Vade Mecum de direito 7 em 1, volume 1/ Anne Joyce Angher organização. – 2. ed. – São Paulo: Rideel, 2005. – (Coleção de Leis Rideel. Série míni 3 em 1). ISBN: 85-339-0657-9.
- PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo** (Transcrição mimeografada). Campo Grande, 08 p., julho de 2007.
- Relatório de Impacto Ambiental. **Alavanca Bioenergia**. Nova Alvorada do Sul/MS. Julho de 2008.
- SILVA, M. A. de M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Reforma Agrária**. São Paulo. n. 2, p.111-141, 2006.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMAZ Jr, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1 ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

¹³ Cf. Singer (2006).